



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
CAMPUS RIO VERDE
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

MIRIAM MOIA PEREIRA

DESAFIOS DOS MICROS E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS NA CAPTAÇÃO
DE RECURSOS FINANCEIROS JUNTO ÀS GRANDES INSTITUIÇÕES
BANCÁRIAS

RIO VERDE - GO

2025

MIRIAM MOIA PEREIRA

**DESAFIOS DOS MICROS E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS NA CAPTAÇÃO
DE RECURSOS FINANCEIROS JUNTO ÀS GRANDES INSTITUIÇÕES
BANCÁRIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Bacharel em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Silvia F. Marques Salustiano.

RIO VERDE - GO

2025

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema Integrado de Bibliotecas do IF Goiano - SIBi**

P436d Pereira, Miriam Moia
Desafios dos Micros e Pequenos Empreendimentos na Captação
de Recursos Financeiros Junto às Grandes Instituições Bancárias
/ Miriam Moia Pereira. Rio Verde 2025.

35f.

Orientadora: Prof^a. Dra. Silvia Ferreira Marques Salustiano.
Tcc (Bacharel) - Instituto Federal Goiano, curso de 0220293 -
Bacharelado em Administração - Rio Verde (Campus Rio

1. Microempresas. 2. Financiamento. 3. Dificuldade. I. Título.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico - Científica (assinale com X)

- Tese
- Dissertação
- Monografia – Especialização
- Artigo - Especialização
- TCC - Graduação
- Artigo Científico
- Capítulo de Livro
- Livro
- Trabalho Apresentado em Evento
- Produção técnica. Qual: _____

Nome Completo do Autor: Miriam Moia Pereira

Matrícula: 2022102202930430

Título do Trabalho: "Desafios dos Micros e Pequenos Empreendimentos na Captação de Recursos Financeiros Junto às Grandes Instituições Bancárias"

Restrições de Acesso ao Documento [Preenchimento obrigatório]

Documento confidencial: Não Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 17 / 07 / 2025

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

A referida autora declara que:

1. O documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico - científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
2. Obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autora, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
3. Cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Rio Verde - GO, 15 de julho de 2025

Miriam Moia Pereira

Nome da Autora

Assinado eletronicamente pela Autora e/ou Detentora dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

Silvia Ferreira Marques Salustiano

Nome da orientadora

Assinatura eletrônica da orientadora

Documento assinado eletronicamente por:

- **Silvia Ferreira Marques Salustiano, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 15/07/2025 08:16:30.
- **Miriam Moia Pereira, 2022102202930430 - Discente**, em 15/07/2025 08:52:43.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 15/07/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 724715

Código de Autenticação: 62e658412d



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Campus Rio Verde
Rodovia Sul Goiana, Km 01, Zona Rural, 01, Zona Rural, RIO VERDE / GO, CEP 75901-970
(64) 3624-1000



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 23/2025 - GEPTNM-RV/DE-RV/CMPRV/IFGOIANO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Aos dezoito dias do mês de junho de 2025, às 09 horas e 20 minutos, reuniu-se a banca examinadora composta pelos docentes: Dra. Silvia Ferreira Marques Salustiano (orientadora), Dra. Cássia da Silva Castro Arantes (membro), Dr. Emival da Cunha Ribeiro (membro), para examinar o Trabalho de Curso intitulado “**Desafios dos Micros e Pequenos Empreendimentos na Captação de Recursos Financeiros Junto às Grandes Instituições Bancárias**” da estudante **Miriam Moia Pereira**, Matrícula nº 2022102202930430 do Curso de Bacharelado em Administração do IF Goiano – Campus Rio Verde. A palavra foi concedida à estudante para a apresentação oral do TC, houve arguição da candidata pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a referida banca decidiu pela **APROVAÇÃO** da discente. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

(Assinado Eletronicamente)

Dra. Silvia Ferreira Marques Salustiano

Orientadora

(Assinado Eletronicamente)

Dra. Cássia da Silva Castro Arantes

Membro Interno

(Assinado Eletronicamente)

Dr. Emival da Cunha Ribeiro

Membro Interno

Documento assinado eletronicamente por:

- **Silvia Ferreira Marques Salustiano, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO** , em 24/06/2025 19:57:09.
- **Emival da Cunha Ribeiro, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO** , em 24/06/2025 20:19:14.
- **Cassia da Silva Castro Arantes, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO** , em 25/06/2025 18:16:59.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 24/06/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 719790

Código de Autenticação: 146fef2ade



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Campus Rio Verde
Rodovia Sul Goiana, Km 01, Zona Rural, 01, Zona Rural, RIO VERDE / GO, CEP 75901-970
(64) 3624-1000

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por me conceder sabedoria e fé em cada etapa dessa caminhada. Sem a Sua presença constante, nada disso seria possível.

À minha mãe, que sempre fez o possível e, muitas vezes, o impossível por mim. O seu amor e dedicação me ensinaram a lutar pelos meus sonhos. Ao meu padrasto, que se tornou um verdadeiro pai, com o seu carinho, conselhos e apoio incondicional.

Ao meu esposo, companheiro incansável, que me sustentou com amor, incentivo e presença nos momentos mais difíceis. A sua fé em mim foi essencial.

À minha irmã, exemplo e inspiração, cuja confiança sempre me fortaleceu.

À professora Silvia, minha orientadora, que, com o seu conhecimento e acolhimento, guiou cada passo deste trabalho. Sou grata pela sua paciência, clareza e comprometimento. Ter sido sua orientanda foi uma honra.

Às amigas Carla e Wanessa, por dividirem comigo essa jornada com leveza, apoio e companheirismo. Ter vocês ao meu lado tornou tudo mais especial.

A todos, meu mais sincero agradecimento!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os principais desafios enfrentados pelas micro e pequenas empresas (MPEs) na captação de recursos financeiros junto às grandes instituições bancárias. Justifica-se a relevância do tema pela importância econômica das MPEs no Brasil, especialmente na geração de empregos e na movimentação da economia local, contrastada com as dificuldades recorrentes de acesso ao crédito. A metodologia adotada se baseou em uma pesquisa qualitativa, pela revisão bibliográfica e relato de experiência. A revisão teórica abrangeu conceitos como os critérios para análise de crédito utilizados pelas instituições financeiras, os obstáculos burocráticos, a falta de garantias reais, a carência de gestão contábil estruturada e a baixa efetividade de políticas públicas voltadas ao setor. O relato de experiência descreveu o caso de uma empresa do setor de serviços, situada em Rio Verde - GO, que enfrentou entraves diversos no processo de solicitação de financiamento para aquisição de um caminhão munck, incluindo negativas sem justificativa, burocracia excessiva e longos prazos de análise. Os principais resultados indicam que, mesmo com faturamento significativo, as MPEs ainda encontram barreiras estruturais para acessar crédito. Foram identificadas como alternativas viáveis o uso das Empresas Simples de Crédito (ESC), cooperativas de crédito, fundos garantidores e programas públicos, como o PRONAMPE. Conclui-se que é necessária uma atuação conjunta entre poder público, instituições financeiras e empreendedores para tornar os processos mais acessíveis, transparentes e adequados à realidade das MPEs brasileiras.

Palavras-chave: Microempresas. Financiamento. Dificuldade.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the main challenges faced by micro and small enterprises (MSEs) in obtaining financial resources from large banking institutions. The relevance of the topic is justified by the economic importance of MSEs in Brazil, especially in generating jobs and driving the local economy, contrasted with the recurring difficulties in accessing credit. The methodology adopted was based on qualitative research, through a literature review and experience report. The theoretical review covered concepts such as the criteria for credit analysis used by financial institutions, bureaucratic obstacles, the lack of real guarantees, the lack of structured accounting management and the low effectiveness of public policies aimed at the sector. The experience report described the case of a company in the service sector, located in Rio Verde-GO, which faced several obstacles in the process of requesting financing for the acquisition of a crane truck, including unjustified denials, excessive bureaucracy and long analysis periods. The main results indicate that, even with significant revenue, MSEs still encounter structural barriers to accessing credit. The use of Simple Credit Companies (ESC), credit unions, guarantee funds and public programs such as PRONAMPE were identified as viable alternatives. It is concluded that joint action between the government, financial institutions and entrepreneurs is necessary to make the processes more accessible, transparent and appropriate to the reality of Brazilian MSEs.

Keywords: Microenterprises. Financing. Difficulty.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	13
2.1 Definição e a importância das micro e pequenas empresas.....	13
2.2 Acesso ao crédito para MPES: critérios e exigências	15
2.3 Obstáculos fiscais enfrentados pelas MPES: burocracia e desinformação	18
2.4 Os desafios para captação de recursos	19
2.5 Efeitos da Limitação de Crédito sobre a Sustentabilidade das Micro e Pequenas Empresas	21
3 METODOLOGIA.....	23
4 RELATO DE EXPERIÊNCIA: DESAFIOS NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS POR UMA EMPRESA DO SETOR DE SERVIÇOS	25
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	27
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO

As micro e pequenas empresas (MPEs) desempenham um papel fundamental na economia brasileira. Elas movimentam o mercado, geram empregos e impulsionam o desenvolvimento local. Entretanto, um dos maiores desafios enfrentados por essas organizações está na captação de recursos financeiros junto às grandes instituições bancárias. O acesso ao crédito é frequentemente dificultado por fatores como a elevada percepção de risco, exigências rigorosas e a complexidade dos processos burocráticos. Tais dificuldades se tornam ainda mais acentuadas para setores que possuem uma alta rotatividade e às margens de lucro reduzidas, o que compromete a sustentabilidade e o crescimento desses negócios. Diante desse cenário, torna-se essencial compreender as barreiras existentes e identificar estratégias que possam viabilizar e facilitar o financiamento das MPEs, contribuindo para o seu fortalecimento e, conseqüentemente, para a economia nacional.

O presente estudo tem como objetivo analisar os desafios enfrentados pelas micro e pequenas empresas na obtenção de crédito junto às grandes instituições financeiras, identificando os principais entraves e possíveis soluções que possam facilitar esse acesso. De forma específica, esta pesquisa busca: a) identificar os critérios e as exigências adotados pelas instituições financeiras na concessão de crédito às MPEs; b) examinar os principais desafios enfrentados por essas empresas no processo de captação de recursos; c) avaliar os impactos da dificuldade de financiamento sobre o crescimento e a sustentabilidade das micro e pequenas empresas e d) propor recomendações que possam contribuir para a ampliação da capacidade dessas empresas na obtenção de crédito, fortalecendo a sua atuação no mercado.

Para a realização deste estudo, será adotada a metodologia de revisão bibliográfica, fundamentada em referências acadêmicas e institucionais pertinentes ao tema, além de um relato de experiência, permitindo uma análise aprofundada das dificuldades enfrentadas pelas MPEs e das possíveis alternativas para superá-las.

A estrutura deste trabalho está dividida em seis partes. A primeira corresponde à introdução, na qual são apresentados o tema, a justificativa e os objetivos da pesquisa. A segunda parte traz a revisão bibliográfica, abordando os principais conceitos sobre micro e pequenas empresas, os critérios adotados na concessão de crédito, a burocracia fiscal e os desafios enfrentados no acesso a recursos financeiros. Na terceira, é descrita a metodologia utilizada, com detalhamento dos procedimentos adotados. A quarta parte contempla o relato de experiência, baseado na análise de uma empresa de pequeno porte do setor de serviços. A quinta apresenta os resultados e discussões, com uma análise crítica que confronta os dados obtidos

com a literatura revisada. Por fim, a sexta parte reúne as conclusões, destacando as contribuições do estudo e propondo caminhos para a melhoria das políticas de acesso ao crédito voltadas às micro e pequenas empresas.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Definição e a importância das micro e pequenas empresas

As micro e pequenas empresas (MPEs) são consideradas o alicerce da economia brasileira, devido à notável capacidade de produzir empregos e pelo seu crescente número de estabelecimentos espalhado pelo país (Koteski, 2004). Com a ampliação desse segmento, percebe-se um impacto considerável no mercado, o que evidencia a sua real relevância.

O estudo “Onde Estão as Micro e Pequenas Empresas do Brasil”, realizado pelo Observatório das MPEs do Sebrae-SP, em 2006, destaca a expressiva representatividade das micro e pequenas empresas na economia nacional. Segundo o levantamento, as MPEs correspondem a 98% das empresas do país, absorvendo 67% da mão de obra ocupada e 56% dos empregados com carteira assinada. Além disso, representam 62% das empresas exportadoras, embora a sua participação no valor total das exportações seja de apenas 2,3%. Entre 2000 e 2004, surgiram cerca de 924 mil novos estabelecimentos no Brasil, com 99% deles pertencendo ao setor de micro e pequenas empresas. No mesmo período, as MPEs registraram uma taxa de expansão de 21,1%, sendo que, ao analisar os setores separadamente, o de serviços apresentou o maior crescimento (28,4%), seguido pelo comércio (21,5%) e pela indústria (12,9%). Esses dados comprovam a significância das micro e pequenas empresas no desenvolvimento econômico e na geração de empregos no Brasil (Sebrae-SP, 2006).

Mesmo tratando-se de dados de 2006, o levantamento evidencia a expressiva presença das micro e pequenas empresas no cenário econômico nacional naquele período. A sua força estatística e impacto na geração de empregos e movimentação do mercado demonstram a importância do segmento, que viria a ser consolidada posteriormente com a criação de legislações específicas. A trajetória das MPEs, portanto, revela um histórico consistente de relevância, que justifica as medidas regulatórias adotadas nos anos seguintes.

Em dezembro de 2006, foi criada a Lei Complementar nº 123/2006, que por sua vez, se destacou como Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com o intuito de definir um tratamento diferenciado e, de certo modo, simplificado para fomentar o avanço desse setor. Essa regulamentação estabelece a seguinte especificação com base na receita bruta anual. O microempreendedor Individual (MEI) é aquele que dispõe de uma receita bruta de até R\$ 81 mil por ano. Já as Microempresas (ME) são descritas por uma receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360 mil. Por último, as Empresas de Pequeno Porte (EPP) são aquelas cuja receita anual é superior a 360 mil e igual ou inferior a 4,8 milhões.

No que diz respeito ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), além de adotar a classificação por faturamento anual, apresenta uma definição baseada na quantidade de colaboradores. Nesse sentido, as Microempresas (ME) são aquelas que empregam até nove funcionários nos setores de comércio e serviços ou até 19 no setor industrial. Já as Empresas de Pequeno Porte (EPP) são definidas pela contratação de 10 a 49 trabalhadores no comércio e serviço ou no caso da indústria, 20 a 99 pessoas (Sebrae, 2021).

Nos últimos 30 anos, as micro e pequenas empresas (MPEs) têm se tornado cada vez mais fundamentais para o sistema econômico brasileiro, representando 30% do valor agregado ao Produto Interno Bruto (PIB) do país, conforme dados divulgados pela Agência Sebrae de Notícias (ASN), em 2020. Esses dados são destacados no estudo “Participação das MPE na economia nacional e regional”, desenvolvido pelo Sebrae e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que evidencia o crescimento contínuo da relevância desses pequenos negócios na criação de empregos e na geração de tributos. Desde 1985, quando as MPEs representavam 21% do PIB, esse movimento de aumento tem se intensificado (Sebrae, 2020).

O setor de serviço mantém a sua trajetória em crescimento na economia brasileira, incentivada pela forte presença de pequenos empreendimentos. De acordo com o Atlas dos Pequenos negócios que foi criado e emitido pelo Sebrae, em 2021 esse setor concentrava 50% dos Microempreendedores Individuais (MEIs) e as demais micro e pequenas empresas (MPEs) representava 41% (Sebrae, 2022).

Essa tendência de crescimento se manteve em 2022. Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que em 2022 havia cerca de 14,6 milhões de microempreendedores individuais (MEIs), com um aumento de 1,5 milhão em relação ao ano anterior. Além disso, observou-se um crescimento no número de MEIs que empregam um funcionário, passando de 104,1 mil para 133,8 mil.

De modo geral, as micro e pequenas empresas têm assumido uma parcela relevante na formação de empregos no Brasil. Um estudo realizado com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) apresentou que 78,4% das novas oportunidades foram originadas das MPEs, totalizando quase 1,6 milhões de postos de trabalhos, resultado que superou o de 2021, que mostraram 77% das contratações, o que evidencia a sua importância no panorama econômico (Sebrae, 2023).

2.2 Acesso ao crédito para MPES: critérios e exigências

As instituições financeiras, como bancos e empresas, têm um papel crucial dentro do sistema econômico de um país. O crédito, sendo uma das operações mais relevantes dessas instituições, exerce uma influência importante sobre a economia (Sanches *et al.*, 2018). Entre as modalidades mais comuns de crédito estão o financiamento, que se destina a finalidades específicas, como aquisição de bens, e o empréstimo, que oferece maior liberdade de uso dos recursos. Anualmente, tanto pessoas físicas quanto jurídicas solicitam crédito, por essas modalidades. Esses pedidos, antes de serem aprovados, passam por uma rigorosa análise de crédito.

Os agentes financeiros estabelecem critérios rigorosos para a concessão de crédito, especialmente para MPES, devido ao maior risco percebido nessas operações. De acordo com Neto e Sérgio (2009), a análise de crédito busca minimizar os riscos, avaliando aspectos como histórico financeiro, fluxo de caixa, garantias reais e capacidade de pagamento. No entanto, as MPES habitualmente carecem de registros contábeis robustos ou ativos suficientes para oferecer como garantia, o que dificulta a sua aprovação. Além disso, a falta de planejamento financeiro e gestão inadequada, conforme destacado por Schuster e Friedrich (2017), contribuem para aumentar a percepção de risco por parte dos credores.

Castro Neto e Sérgio (2009) abordam, também, que a análise de crédito envolve a utilização de técnicas financeiras e subjetivas, além de métodos estatísticos frequentemente empregados para avaliar a capacidade de pagamento do solicitante de crédito.

Entre os diversos critérios adotados pelas instituições financeiras na análise de crédito, os mais frequentes são o caráter e a capacidade. Esses dois elementos fazem parte dos chamados “4 Cs do crédito”, que também incluem o capital e as condições (Castro Neto; Sérgio, 2009, p. 85).

Além dos quatro “Cs do crédito”, há um quinto elemento na análise de crédito: o colateral. Também conhecido como garantia, esse fator está relacionado aos mecanismos utilizados para assegurar o pagamento caso o cliente não cumpra com as suas obrigações (Sanches *et al.*, 2018).

Gitman (2010, p. 558) estabelece os 5 Cs da seguinte forma:

- a) Caráter: refere-se ao histórico do solicitante no cumprimento das suas obrigações financeiras;

- b) Capacidade: avalia a possibilidade de o requerente quitar o crédito solicitado, com base na análise das suas demonstrações financeiras, especialmente no fluxo de caixa disponível para o pagamento das dívidas;
- c) Capital: considera a relação entre o endividamento do interessado e o seu patrimônio líquido;
- d) Colateral: diz respeito aos bens ou ativos oferecidos como garantia para a obtenção do crédito. Quanto maior o valor dos ativos disponíveis, maior a segurança para a instituição credora em caso de inadimplência;
- e) Condições: leva em conta fatores econômicos gerais e setoriais, além de aspectos específicos da transação que possam influenciar a concessão do crédito.

Esse método lógico é empregado para examinar se cada situação se fundamenta nos “Cs” de crédito. Apesar de não englobar todos os instrumentos disponíveis para a avaliação de riscos e crédito, esse método é, na prática, uma das ferramentas mais utilizadas para a análise dessas questões em cenários reais (Preisler, 2003, p. 48).

De acordo com o relatório Indicadores de Crédito das Micro e Pequenas Empresas no Brasil, o crédito desempenha uma função essencial para as Micro e Pequenas Empresas (MPE), tanto na fase inicial quanto após a consolidação dos negócios, servindo como um mecanismo indispensável para o crescimento das organizações. No entanto, no cenário econômico brasileiro, os pequenos negócios são os que mais encontram barreiras no acesso a esse recurso (Sebrae; Banco Central do Brasil, 2016, p. 6).

A oferta de crédito para pequenas empresas é, em grande parte, realizada por bancos, que oferecem diversas modalidades de financiamento. A escolha da linha de crédito mais adequada depende do objetivo da empresa, do uso pretendido e do prazo de pagamento estabelecido. Cada tipo de financiamento, tanto para pessoas físicas quanto jurídicas, possui características específicas que o tornam mais apropriado para diferentes necessidades. No entanto, instituições financeiras privadas, frequentemente, impõem restrições mais rigorosas às pequenas empresas, priorizando a concessão de crédito para aquelas que apresentam menor risco e maior capacidade de garantia (Vieira, 2020).

Além das restrições de crédito, os bancos exigem que as MPEs apresentem uma série de documentos para formalizar o pedido de financiamento. De acordo com o Sebrae (2018), os requisitos são:

- a) Dados cadastrais de todos os sócios e seus respectivos cônjuges;
- b) Comprovação do pagamento da tarifa cadastral, quando aplicável;

- c) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) atualizado;
- d) Alvará de funcionamento vigente;
- e) Contrato social, ata de constituição, estatuto ou declaração de empresário, devidamente registrados na Junta Comercial;
- f) Registros de alterações contratuais, atas e aditivos, especialmente aqueles relacionados ao último aumento de capital social;
- g) Ata de eleição da diretoria vigente, devidamente registrada na Junta Comercial;
- h) Balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, assinados pelo contador e pelos administradores da empresa, referentes aos três últimos exercícios, incluindo a indicação das páginas e do livro diário onde foram registrados;
- i) Para empresas em fase de implantação, é necessário um balanço de abertura e a previsão de faturamento para os primeiros 12 meses de operação;
- j) Relação de vendas assinada pelo contador, correspondente ao último exercício ou ao período já transcorrido, caso a empresa ainda não tenha completado um ano de atividade;
- k) Recibo de entrega da Declaração de Imposto de Renda ou, para empresas isentas, a respectiva declaração de isenção;
- l) Autorização para consulta a sistemas de análise de crédito e à central de risco do Banco Central do Brasil (SISBACEN);
- m) Documentação comprobatória de bens patrimoniais, como escrituras de imóveis e certificados de registro de veículos.

Os documentos devem ser apresentados com cópias autenticadas ou acompanhados dos originais para conferência, conforme exigido pelas instituições financeiras (Sebrae, 2018).

Quanto ao relatório do Sebrae e do Banco Central do Brasil (2016), ao analisar por porte empresarial, observa-se que, embora o número de MEIs já tenha ultrapassado a soma das Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), eles representam apenas 2% do total de crédito concedido às MPE. Além disso, os MEIs costumam operar com prazos mais curtos para pagamento (média de 21 meses, enquanto as ME têm 32 meses e as EPP, 31 meses), mas enfrentam as maiores taxas de juros, chegando a 52% ao ano, em comparação com 32% para as ME e 31% para as EPP.

Um estudo publicado em 2021 pelo Centro de Estudos de Microfinanças e Inclusão Financeira da FGV EAESP revelou que as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs)

brasileiras necessitam de cerca de R\$ 514 bilhões em crédito anualmente. Essa demanda se divide entre os diferentes portes de empresas:

- a) Microempreendedores Individuais (MEI): R\$ 84 bilhões;
- b) Microempresas (ME): R\$ 266 bilhões;
- c) Empresas de Pequeno Porte (EPP): R\$ 164 bilhões.

Ao comparar essa necessidade com os dados de crédito concedidos pelo Banco Central em 2021, incluindo os recursos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) de 2020, o estudo identificou uma diferença de R\$ 166 bilhões. Essa lacuna representa a quantia que as instituições financeiras precisam disponibilizar a mais para atender à demanda total das MPMEs no Brasil (Gonzalez; Barreira; Ridolfo, 2021).

Adilson Seixas, CEO da LOARA Crédito (2021), aponta para um ciclo que impede o desenvolvimento de pequenos negócios. A falta de capital restringe investimentos em expansão e solidez financeira, limitando o potencial de crescimento dessas empresas. Consequentemente, elas permanecem em um patamar de mercado que não atrai o interesse de grandes instituições bancárias, perpetuando a dificuldade de acesso a crédito.

2.3 Obstáculos fiscais enfrentados pelas MPES: burocracia e desinformação

O acesso a incentivos fiscais representa mais um desafio para as micro e pequenas empresas (MPEs). A burocracia complexa e a exigência de documentação detalhada dificultam a participação das MPEs em programas de apoio financeiro e tributário (Caetano *et al.*, 2022).

De acordo com Noronha, Pereira Junior e Rodrigues (2022) que estudaram o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE), os autores identificaram entraves como documentação excessiva e critérios rigorosos de concessão, que regularmente inviabilizam o acesso ao financiamento pelas MPEs.

Além disso, a falta de conhecimento técnico sobre políticas fiscais contribui para a baixa adesão das MPEs a benefícios disponíveis. Caetano *et al.* (2022) destacam que muitas empresas desconhecem os benefícios tributários disponíveis, o que as impede de usufruir de reduções fiscais e incentivos governamentais. Essa limitação é agravada pela ausência de ações mais eficazes de orientação e capacitação voltadas a esses empresários.

A busca por alternativas para suavizar esses desafios tem sido discutida na literatura. Dias, Bressan e Souza (2023) sugerem que cooperativas de crédito podem ser uma solução

viável para ampliar o financiamento das MPEs. No entanto, a procura ainda é limitada devido à baixa conscientização dos gestores sobre essas instituições.

A ineficiência das políticas públicas direcionadas às MPEs também compromete o desenvolvimento do setor. Miranda *et al.* (2022) analisaram a implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município de Barretos-SP e constataram que, apesar das diretrizes estabelecidas, a efetividade dessas políticas ainda é limitada. A ausência de iniciativas concretas para facilitar o acesso ao crédito, aos incentivos fiscais e às compras governamentais reforça as desigualdades no ambiente de negócios.

Além disso, Silva (2022) aponta que eventos como a pandemia da COVID-19 intensificaram os desafios das MPEs, evidenciando dificuldades adicionais na obtenção de crédito emergencial. Aoki e Badalotti (2014) também identificam barreiras semelhantes em Chapecó, em que empresários relataram processos lentos e critérios restritivos no acesso a linhas de financiamento públicas.

Com base nos dados e relatos observados, percebe-se que a estrutura atual de acesso aos incentivos fiscais ainda se mostra inadequada à realidade das MPEs. A combinação entre complexidade burocrática, ausência de apoio técnico e desconhecimento das normas dificulta o aproveitamento dos benefícios disponíveis. Esse panorama reforça a necessidade de atenção contínua ao tema, destacando a importância de medidas que aproximem os pequenos empreendedores das políticas já existentes, mesmo que essas ainda não estejam plenamente efetivas.

2.4 Os desafios para captação de recursos

O acesso ao crédito é um dos principais desafios enfrentados, impactando diretamente na capacidade de sobrevivência, crescimento e competitividade no mercado. De acordo com Neves, Cruz e Locatelli (2024), a sobrevivência das MPEs está intrinsecamente ligada à sua capacidade de acessar financiamentos em condições viáveis. No entanto, diversos fatores dificultam tanto a concessão quanto a obtenção de crédito para essas empresas, desde questões estruturais até barreiras relacionadas à gestão financeira.

Um dos principais desafios é a falta de garantias reais apresentadas pelas MPEs. As instituições financeiras geralmente exigem bens como imóveis ou veículos para minimizar o risco de inadimplência. No entanto, muitas micro e pequenas empresas não possuem ativos suficientes para atender a essas exigências, o que dificulta o acesso ao crédito. Essa limitação reduz a atratividade dessas empresas no processo de análise de crédito, como evidenciado por

Leite (2019), em um estudo realizado no Centro de Apoio aos Pequenos Empreendedores (CEAPE), em São Luís-MA.

Outro obstáculo significativo é a ausência de registros contábeis robustos e transparentes. Schuster e Friedrich (2017) enfatizam que a gestão financeira inadequada é uma das principais fragilidades das MPEs. A falta de planejamento estratégico e de controle financeiro dificulta a análise de crédito pelas instituições financeiras, que dependem dessas informações para avaliar a saúde econômica da empresa. Além disso, muitos microempreendedores carecem de conhecimentos técnicos sobre fluxo de caixa, balanços patrimoniais e projeções financeiras, o que agrava ainda mais o problema.

Além disso, Caetano *et al.* (2022) apontam que a complexidade dos trâmites administrativos e a demora na aprovação de financiamentos desestimulam as MPEs a buscarem recursos financeiros. Para empresas de pequeno porte, que operam com margens de lucro reduzidas, o tempo de espera pode ser crítico, comprometendo a sua capacidade de investir em oportunidades de mercado ou enfrentar crises econômicas.

As diferenças regionais desempenham um papel crucial no acesso ao crédito para as MPEs. Koteski (2006) revela que empresas situadas em regiões menos desenvolvidas enfrentam maiores dificuldades, devido à escassez de instituições financeiras e serviços especializados. Essa limitação também foi observada por Aoki e Badalotti (2014), que analisaram o caso de Chapecó e destacaram os desafios adicionais enfrentados por MPEs em municípios menores. Ceita (2021) reforça essa perspectiva, indicando que a baixa oferta de serviços bancários restringe ainda mais o acesso ao crédito nessas localidades. Além disso, Buainain, Lima Junior e Corder (2017) discutem como essa realidade afeta o financiamento à inovação no Brasil, especialmente em áreas com infraestrutura precária e baixo nível de desenvolvimento econômico.

Além dos desafios geográficos, como a escassez de instituições financeiras e serviços especializados em regiões menos desenvolvidas, infraestrutura precária e a baixa oferta de serviços bancários, as MPEs também enfrentam obstáculos estruturais para diversificar suas fontes de financiamento. O acesso ao mercado de capitais, pela emissão de ações ou títulos, ainda é pouco explorado por essas empresas, tornando o crédito bancário e o autofinanciamento as suas principais alternativas. Conforme Tavares, Pacheco e Almeida (2015), o financiamento pela emissão de ações e obrigações é ainda residual entre as MPEs, o que revela a carência de ampliar alternativas viáveis de financiamento que estejam mais alinhadas à realidade e à estrutura desse segmento.

Outro aspecto relevante é a falta de políticas públicas eficazes voltadas para o financiamento das MPEs. Embora existam programas governamentais destinados a apoiar essas empresas, muitas vezes eles são insuficientes ou mal divulgados. Além disso, a burocracia e os critérios restritivos, frequentemente, excluem as empresas que mais precisam de apoio. Neves, Cruz e Locatelli (2024) argumentam que a criação de mecanismos mais inclusivos, como fundos garantidores e linhas de crédito específicas, poderia mitigar parte dessas dificuldades.

Por fim, a falta de consultoria empresarial especializada é outra barreira enfrentada pelas MPEs. Schuster e Friedrich (2017) enfatizam que a consultoria pode desempenhar um papel crucial na melhoria da gestão financeira dessas empresas, ajudando-as a se tornarem mais competitivas e aptas a acessarem linhas de crédito. No entanto, muitas MPEs não têm acesso a esse tipo de suporte, seja por falta de recursos ou desconhecimento sobre a sua importância.

2.5 Efeitos da Limitação de Crédito sobre a Sustentabilidade das Micro e Pequenas Empresas

A dificuldade de acesso ao crédito e a escassez de recursos financeiros representam desafios significativos para as micro e pequenas empresas (MPEs), limitando a sua capacidade de crescimento, inovação e competitividade no mercado. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), no seu estudo intitulado “Panorama da Pequena Indústria” (2024), a alta taxa de juros inviabiliza financiamentos acessíveis, impactando diretamente a gestão operacional das MPEs, ao dificultar investimentos em infraestrutura, aquisição de matéria-prima e contratação de mão de obra qualificada. Além disso, a falta de crédito pode resultar em inadimplência e aumentar a vulnerabilidade financeira, comprometendo a sustentabilidade dos negócios. Outro reflexo dessa deficiência de recursos é a redução da confiança dos empresários, evidenciada pela queda de 2,8 pontos no Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) em janeiro de 2025, atingindo o menor patamar desde junho de 2020.

Além dos dados técnicos que evidenciam a gravidade da situação, relatos de empreendedores reforçam como a falta de crédito influencia diretamente na sobrevivência dos pequenos negócios. Uma pesquisa do Sebrae, citada pelo jornal O Globo, revelou que grande parte dos empresários enfrenta entraves não apenas nas altas taxas de juros, mas também na burocracia e exigências incompatíveis com a realidade das MPEs, o que limita o acesso a financiamentos e inibe a expansão das atividades (O Globo, 2015).

De acordo com o Sebrae (2016), aproximadamente 23,4% das micro e pequenas empresas encerram suas atividades com menos de dois anos de operação, sendo a falta de

planejamento financeiro e de acesso ao crédito as principais causas desse fechamento precoce. A ausência de recursos compromete a sustentabilidade do negócio, impedindo o pagamento de despesas essenciais e a realização de investimentos estratégicos. Leite (2019) complementa que a falta de fluxo de caixa contínuo e a ausência de capital de giro estão entre os maiores obstáculos enfrentados pelos microempreendedores para manterem os seus negócios em funcionamento.

Apesar da expressiva contribuição das micro e pequenas empresas para o emprego e a renda no Brasil, elas continuam sendo as mais vulneráveis à mortalidade empresarial. Segundo Sereno, Saiani e Garcia (2022), a alta taxa de falência das MPEs está fortemente associada a fatores externos, como oscilações macroeconômicas e restrições financeiras, entre elas o baixo acesso ao crédito. O estudo destaca que a insuficiência de capital de giro e a dificuldade em captar recursos no sistema bancário são elementos recorrentes, que levam ao encerramento precoce desses empreendimentos. Essa fragilidade estrutural demonstra que, embora as MPEs tenham peso relevante na economia, a sua permanência no mercado é limitada pela ausência de suporte financeiro adequado, principalmente em contextos de instabilidade econômica.

3 METODOLOGIA

Este trabalho surgiu da necessidade de compreender, de forma mais próxima e sensível, os obstáculos que as pequenas empresas enfrentam na busca por crédito. Por isso, adotou-se por uma abordagem qualitativa, priorizando a imersão na realidade de uma empresa de pequeno porte localizada em Rio Verde, Goiás, possibilitando a análise direta dos desafios enfrentados e das decisões tomadas ao longo do processo de tentativa de financiamento.

Como procedimentos metodológicos, optou-se pela revisão bibliográfica e pelo relato de experiência, os quais se complementam na construção do conhecimento. A revisão de literatura tem a função de oferecer um suporte teórico à investigação, permitindo situar a problemática dentro do escopo científico já consolidado. Segundo Gil (2002), levantar e examinar publicações anteriores sobre o tema auxilia na delimitação do problema e na identificação de lacunas que ainda necessitam de investigação. Nesse contexto, o estudo se baseia em livros, artigos científicos e documentos institucionais, que tratam da realidade das micro e pequenas empresas, a sua relação com o sistema bancário e os critérios utilizados na concessão de crédito.

A fundamentação teórica assume um papel estruturante na análise dos dados e argumentos apresentados ao longo do trabalho. Conforme aponta Severino (2014), é pela articulação teórica que o pesquisador pode interpretar os fatos observados de maneira crítica e coerente com os objetivos do estudo. Da mesma forma, Marconi e Lakatos (2017) destacam que a consulta a materiais já publicados serve como ponto de partida para a construção de um raciocínio científico alinhado às metodologias reconhecidas no meio acadêmico.

Além disso, foi estabelecido o relato de experiência, com base na participação direta nas atividades de uma empresa do setor de serviços. Esse procedimento permitiu acompanhar, em tempo real, os desafios enfrentados pela organização, na tentativa de acesso a crédito junto a grandes instituições financeiras. A vivência prática constituiu uma fonte relevante de informações empíricas, permitindo uma análise contextualizada e concreta das dificuldades que, embora abordadas na literatura teórica, nem sempre são evidenciadas com a mesma profundidade ou sob a perspectiva da prática.

O recorte temporal compreende o período de 2024 a 2025, abrangendo a trajetória da empresa em busca de financiamento ou empréstimo, os entraves enfrentados, as alternativas encontradas e os impactos gerados na gestão financeira e estratégica do negócio. A utilização desse método permite verificar de forma direta os desdobramentos da realidade empresarial, assegurando à pesquisa um caráter mais realista e aplicado, conforme as diretrizes indicadas

por Marconi e Lakatos (2017), que defendem a importância da aproximação entre teoria e prática na produção científica.

Além da revisão de literatura e do relato de experiência, este trabalho utilizou como fontes complementares o portal do Sebrae, que se mostrou de grande valia, por oferecer informações atualizadas e específicas para micro e pequenas empresas. Também foram consultados artigos científicos e trabalhos acadêmicos que aprofundaram a análise teórica do tema. Pesquisas e dados disponibilizados por organizações renomadas, como a Receita Federal do Brasil e o Banco Central do Brasil, foram fundamentais para embasar a discussão e fornecer uma visão prática e atualizada sobre as políticas de crédito e financiamento voltadas a pequenos negócios.

4 RELATO DE EXPERIÊNCIA: DESAFIOS NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS POR UMA EMPRESA DO SETOR DE SERVIÇOS

O relato a seguir descreve a experiência vivenciada em uma empresa de pequeno porte (EPP) do setor de serviços, localizada no município de Rio Verde, Goiás, com faturamento anual de R\$ 2.976.710,32, em 2024. A empresa, optante pelo regime tributário do Simples Nacional, atua na montagem de silos para armazenagem de grãos, como soja e milho, atendendo, principalmente, os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, com presença pontual no estado do Paraná.

Com o crescimento da demanda e o aumento das operações, a empresa passou a enfrentar desafios logísticos, especialmente relacionados à locação de caminhões munck. Este equipamento é essencial para a execução das atividades de montagem, mas os custos com a locação, que eram elevados e recorrentes, começaram a impactar de forma significativa no orçamento. Dessa forma, a gestão identificou que a aquisição de um caminhão munck próprio seria uma solução estratégica para a redução de custos e otimização dos processos operacionais.

O primeiro passo para obtenção consistiu em buscar financiamento ou empréstimo junto a uma organização financeira com a qual a empresa já mantinha um relacionamento bancário. A proposta inicial envolvia a compra de um caminhão com o munck, mas a condição oferecida apresentava uma taxa de juro de 2% ao mês, com o prazo de pagamento de 36 meses, o que tornaria o custo total do crédito inviável. Essas condições impactariam diretamente o fluxo de caixa planejado, levando a empresa a desistir da oferta dessa instituição.

Na sequência, foi realizada uma nova tentativa de captação de recursos por um banco diferente. Apesar do otimismo com essa nova abordagem, a solicitação de crédito foi negada, sem a devida explicação ou justificativas claras. Esse processo sem transparência gerou frustração e representou mais um obstáculo na realidade da empresa, que continuou sem os recursos necessários para a compra do caminhão e do munck.

Em meio à dificuldade de obter recursos junto a instituições convencionais, a empresa decidiu recorrer ao canal voltado a micro, pequena e média empresa de uma entidade bancária de desenvolvimento econômico, ainda em busca de um crédito no valor de R\$ 800.000,00. Essa opção visava uma linha de financiamento mais adequada ao porte da empresa, com condições especiais para pequenos negócios. A proposta foi submetida à análise por instituições credenciadas desse programa.

O processo, no entanto, revelou-se extremamente burocrático. Foram solicitados documentos detalhados e um conjunto de informações complexas, muitas das quais a empresa não possuía de imediato. Isso resultou em uma série de atrasos na entrega deles, causando um prolongamento no processo. A empresa, apesar das complicações, conseguiu reunir a documentação necessária e enviá-la em tempo hábil, mas o retorno sobre a análise do crédito só aconteceu em fevereiro de 2025, cerca de oito meses depois. Caso a empresa houvesse aguardado por todo esse período sem buscar alternativas, os impactos sobre as suas operações teriam sido ainda mais severos, podendo comprometer cronogramas, contratos e a própria continuidade dos serviços prestados.

Diante da demora e da urgência do problema, a empresa buscou alternativas fora do sistema bancário tradicional. Nesse contexto, conseguiu-se viabilizar o financiamento do caminhão por uma instituição financeira vinculada à fabricante do veículo, em meados de novembro de 2024. No entanto, o equipamento essencial para as operações da empresa, o munck, teve que ser adquirido com recursos próprios, no valor de R\$ 300.000,00. Esse desembolso representou um grande impacto no fluxo de caixa da empresa, exigindo ajustes financeiros e adiamento de outras ações estratégicas que estavam previstas para aquele período.

Além disso, a organização precisou adaptar o seu planejamento e revisar prazos e metas, uma vez que o impacto financeiro foi significativo. A falta de um financiamento adequado e a utilização de capital próprio prejudicaram o ritmo de crescimento planejado para o ano, afetando, principalmente, o cronograma de outras aquisições e investimentos necessários.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, a empresa conseguiu manter sua regularidade nas operações e seguir com as atividades, enfrentando as adversidades do mercado. A experiência relatada permite demonstrar de forma clara os desafios enfrentados por empresas de pequeno porte, que, frequentemente, deparam-se com a burocracia excessiva, as condições de crédito desfavoráveis e a falta de agilidade nas respostas do sistema bancário. Esses fatores, muitas vezes, são determinantes para limitar a competitividade e o crescimento das MPEs, mesmo aquelas com faturamento considerável e uma trajetória sólida no mercado.

Ademais, a necessidade de buscar alternativas externas ao sistema bancário convencional, como bancos de montadoras ou o próprio autofinanciamento, reflete a lacuna existente entre a realidade dos pequenos negócios e as políticas públicas e privadas de apoio ao financiamento empresarial.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base na análise dos principais desafios enfrentados pelas micro e pequenas empresas (MPEs) no processo de captação de recursos financeiros junto às grandes instituições bancárias, nota-se algumas estratégias que podem contribuir de forma efetiva para a superação dessas barreiras. Essas alternativas são fundamentadas em iniciativas já existentes e na literatura consultada, que apresentam caminhos viáveis para o fortalecimento das MPEs no cenário financeiro atual.

Considerando os obstáculos enfrentados pelas MPEs, é possível identificar quatro problemáticas centrais: a complexidade dos processos bancários e suas exigências rigorosas; a ausência de controle contábil adequado e de capacitação financeira por parte dos empreendedores; as condições de crédito frequentemente desfavoráveis em função do perfil dessas empresas e a limitada efetividade dos programas públicos de apoio financeiro. Nesse sentido, propõem-se alternativas que visam mitigar cada um desses desafios.

As micro e as pequenas empresas regularmente enfrentam dificuldades na obtenção de crédito, devido às rigorosas exigências e à burocracia impostas pelas grandes instituições financeiras. Uma alternativa viável para contornar esse empecilho é a utilização das Empresas Simples de Crédito (ESC). De acordo com o Sebrae (2023), as ESCs são pessoas jurídicas que realizam operações de empréstimos, financiamentos e descontos de títulos de crédito utilizando exclusivamente recursos próprios, direcionados a Microempreendedores Individuais (MEIs), microempresas e empresas de pequeno porte. Por atuarem de forma local e com processos menos burocráticos, essas empresas conseguem oferecer condições mais acessíveis, prazos personalizados e maior agilidade na liberação dos recursos, tornando-se uma opção a ser considerada.

Os fatores anteriormente citados como, a ausência de registros contábeis adequados e a falta de um planejamento financeiro bem estruturado ainda representam obstáculos significativos para que micro e pequenas empresas consigam acesso ao crédito. Para enfrentar essas barreiras, investir em capacitação e buscar apoio especializado se torna essencial. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), por exemplo, disponibiliza uma série de cursos e atendimentos voltados para a gestão financeira, ajudando empresários a organizarem melhor as suas finanças, controlarem o fluxo de caixa e elaborarem demonstrativos contábeis mais claros e precisos (Sebrae, 2023). Com uma gestão financeira mais sólida e registros atualizados, essas empresas aumentam a sua credibilidade junto às

instituições financeiras, o que facilita o acesso a linhas de crédito e fortalece as suas chances de crescimento e sustentabilidade no mercado.

Micro e pequenas empresas, frequentemente, enfrentam condições de crédito pouco favoráveis, em razão da percepção de maior risco por parte das instituições financeiras. Uma estratégia eficaz para minimizar essa dificuldade é a utilização de Fundos Garantidores, como o Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) e o Fundo de Garantia de Operações (FGO). O FGI, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tem como objetivo complementar as garantias exigidas em operações de crédito, enquanto o FGO, gerido pelo Banco do Brasil, atua de forma semelhante, assegurando parte do risco assumido pelos bancos, ao concederem crédito a essas empresas (Sebrae, 2023). Com o apoio desses fundos, as MPEs podem conquistar melhores condições de financiamento, como taxas de juros reduzidas e prazos mais estendidos.

Além disso, vale destacar a importância de programas públicos bem estruturados que realmente cheguem até quem mais precisa. Um exemplo disso é o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), criado em 25 de abril de 2005 pela Lei nº 11.110, que oferece crédito com orientação e acompanhamento técnico para pequenos empreendedores, sejam eles formais ou informais (Brasil, 2024). Outro exemplo relevante é o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE), criado pela Lei nº 13.999/2020, que surge como uma chance importante para pequenos negócios conseguirem o financiamento que tanto precisam para crescer. A ideia é simples: oferecer crédito com condições favoráveis, como juros menores e prazos mais longos para pagamento, tudo isso com base em até 30% da receita bruta anual da empresa.

No entanto, mesmo com essas condições vantajosas, muitas micro e pequenas empresas ainda enfrentam limitações para acessar o programa. Em muitos casos, o desconhecimento do programa ou de como funciona o processo de solicitação do crédito é um dos maiores desafios. Além disso, há algumas exigências burocráticas que podem desanimar, como a necessidade de apresentar declarações específicas, e a regularidade do cadastro junto à Receita Federal. Para completar, há a obrigatoriedade de manter o mesmo número de funcionários durante o período de pagamento do empréstimo, o que pode ser um impeditivo para empresas que estejam passando por dificuldades econômicas ou precisem fazer ajustes no quadro de colaboradores (Brasil, 2020).

As cooperativas de crédito também têm se consolidado como uma alternativa relevante para contornar as dificuldades enfrentadas pelas MPEs na obtenção de financiamento. Segundo Jacques e Gonçalves (2016), essas cooperativas desempenham um papel importante no

desenvolvimento local, especialmente em regiões desassistidas por bancos, ao oferecerem crédito com taxas mais acessíveis e maior proximidade com a realidade dos associados.

A análise do relato de experiência trouxe uma contribuição prática importante para confirmar o que já vinha sido indicado teoria. No caso da empresa estudada, mesmo com um faturamento anual considerado, o acesso ao crédito com condições adequadas se mostrou cheio de restrições. Um exemplo disso foi a recusa de uma instituição financeira sem qualquer justificativa, somada ao excesso de burocracia e à longa espera de oito meses por uma resposta de uma análise de crédito, situações que refletem bem os entraves destacados por Neves, Cruz e Locatelli (2024) e Miranda *et al.* (2022). Esses exemplos evidenciam como a lentidão e a falta de transparência nos processos desestimulam os empreendedores e dificultam ainda mais a gestão financeira dos negócios. Diante disso, a empresa precisou recorrer ao autofinanciamento e a um financiamento por banco de montadora alternativas que, apesar dos riscos envolvidos, são mais viáveis na prática do que o próprio sistema bancário tradicional.

Os resultados obtidos ao longo do estudo também permitiram alcançar os objetivos específicos da pesquisa. Foi possível identificar os critérios adotados pelas instituições financeiras, como os 5 Cs do crédito, além de analisar os principais desafios enfrentados pelas micro e pequenas empresas, especialmente a burocracia e a exigência de garantias, que muitas vezes são difíceis de atender. O estudo também avaliou como essas barreiras impactam diretamente a sustentabilidade dos negócios e apontou alternativas viáveis de acesso ao financiamento, como as Empresas Simples de Crédito (ESCs), os fundos garantidores, as cooperativas de crédito e os programas públicos existentes.

A partir da análise realizada, fica claro que para superar essas barreiras enfrentadas por micro e pequenos empreendimentos na busca incansável por recursos financeiros se exige uma ação conjunta entre o setor público, as instituições financeiras e os próprios empreendedores. Para que isso aconteça de forma efetiva, é fundamental ampliar e simplificar o acesso às políticas públicas de fomento, investir em qualificação em gestão financeira e dar maior visibilidade às opções de crédito já disponíveis, como as ESCs, os fundos garantidores e as cooperativas. Além disso, é essencial que as instituições financeiras revejam as suas práticas, adotando políticas de crédito mais inclusivas, transparentes e adaptadas à realidade desses empreendedores, que têm papel crucial na economia do país.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como propósito central analisar os principais desafios enfrentados pelas micro e pequenas empresas (MPEs) na captação de recursos financeiros junto às grandes instituições bancárias. Por uma revisão bibliográfica e do relato de experiência em uma empresa do setor de serviços situada em Rio Verde – GO, foi possível compreender com profundidade os entraves que limitam o acesso ao crédito por parte desse segmento essencial para a economia brasileira.

Os resultados evidenciam que o processo de obtenção de crédito é dificultado não apenas pela burocracia e pela exigência de garantias muitas vezes incompatíveis com a realidade das MPEs, mas também por fatores como a ausência de planejamento financeiro estruturado, a carência de consultoria especializada e o desconhecimento sobre programas de apoio já disponíveis. A experiência prática analisada reforçou essa realidade, demonstrando como a morosidade, a falta de transparência nos processos bancários e a ausência de retorno claro por parte das instituições podem inviabilizar investimentos estratégicos.

Alternativas como as Empresas Simples de Crédito (ESC), os Fundos Garantidores, as cooperativas de crédito e programas públicos como o PRONAMPE e o PNMPO se mostraram como soluções viáveis e mais adequadas à realidade das MPEs. No entanto, a efetividade dessas opções ainda é limitada por obstáculos como baixa divulgação, entraves burocráticos e a pouca capacitação dos empreendedores para operá-las de forma eficiente.

Dessa forma, conclui-se que a superação dos desafios enfrentados pelas MPEs na captação de recursos financeiros exige uma atuação articulada entre poder público, instituições financeiras e os próprios empresários. É indispensável promover a modernização e a desburocratização dos processos de crédito, ampliar o alcance e a efetividade das políticas públicas de fomento, bem como fortalecer a educação financeira e a cultura da gestão estratégica entre os micro e pequenos empreendedores. Somente assim será possível consolidar um ambiente mais favorável ao crescimento sustentável das MPEs, garantindo que essas organizações continuem cumprindo o seu papel fundamental na geração de emprego, renda e no desenvolvimento socioeconômico do país.

REFERÊNCIAS

ADILSON, Seixas. Por que é tão difícil para uma pequena empresa ter acesso ao crédito? **Revista LOARA Crédito**, dez. 2021. Disponível em: <https://loara.com.br/por-que-e-tao-dificil-para-uma-pequena-empresa-ter-acesso-ao-credito/> Acesso em: 27 fev. 2025.

AGÊNCIA IBGE. **Em 2022, Brasil tinha 14,6 milhões de microempreendedores individuais**. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41046-em-2022-brasil-tinha-14-6-milhoes-de-microempreendedores-individuais>. Acesso em: 14 fev. 2025.

AOKI, Vanessa Cristina Grabowski; BADALOTTI, Rosana Maria. Dificuldades e perspectivas no acesso de micro e pequenas empresas a linhas de crédito públicas: o caso de Chapecó. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, out. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-76121310> Acesso em: 05 mar. 2025.

BUAINAIN, Antônio Márcio; LIMA JUNIOR, Irineu de Souza; CORDER, Solange. **Desafios do financiamento à inovação no Brasil - Inovação no Brasil: avanços e desafios jurídicos e institucionais**. São Paulo: Blucher, 2017. Disponível em: <https://pdf.blucher.com.br/openaccess/9788580392821/04.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2025.

BRASIL. **Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/servicos/trabalhador/empreendedorismo/pnmpo>. Acesso em: 08 abr. 2025.

BRASIL. Receita Federal. **Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – PRONAMPE: perguntas e respostas**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/noticias/2020/junho/receita-federal-regulamenta-programa-nacional-de-apoio-as-microempresas-e-empresas-de-pequeno-porte/perguntas-e-respostas-pronampe-6.pdf/view>. Acesso em: 08 abr. 2025.

CAETANO, Marcelino José *et al.* Gestão financeira: Diagnóstico e soluções financeiras para micro e pequenas empresas do município de Paulista. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 8, n. 6, p. 193-196, jun. 2022. Disponível em: https://www.academia.edu/92129088/Gest%C3%A3o_Financeira_Diagn%C3%B3stico_e_Solu%C3%A7%C3%B5es_Financeiras_Para_Micro_e_Pequenas_Empresas_Do_Munic%C3%ADpio_De_Paulista Acesso em: 18 mar. 2025.

CASTRO NETO, José Luís de; SÉRGIO, Renata Sena Gomes. **Análise de Risco e Crédito**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2009. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/233901235-analise-de-risco-e-creditopdf-pdf-free.html>. Acesso em: 03 mar. 2025.

CEITA, Eugénio Joaquim d'Araújo Ribeiro de. **As pequenas e médias empresas (PMEs) em São Tomé e Príncipe: perfil, problemas e desafios**. 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/90288359/As_pequenas_e_m%C3%A9dias_empresas_PMEs_em_S%C3%A3o_Tom%C3%A9_e_Pr%C3%ADncipe_perfil_problemas_e_desafios. Acesso em: 18 mar. 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Panorama da Pequena**

Indústria Brasília: CNI, 2024. Disponível em:

https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/b6/ce/b6ce7f96-4362-44fd-b94a-fd2da557a340/panorama_da_pequena_industria_out-dez2024_v1.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025.

DIAS, Christian Oliveira; BRESSAN, Valéria Gama Fully; SOUZA, Gustavo Henrique Dias. Análise da Percepção dos Gestores de Micros e Pequenas Empresas sobre as Cooperativas de Créditos. **Práticas em Contabilidade e Gestão**, v. 11, n. 1, p. 34-35, mar. 2023. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/pcg/article/view/15818/11964>. Acesso em: 26 mar. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 25 abr. 2025.

GITMAN, Lawrence J. Princípios de Administração Financeira. **Revista Pearson Education do Brasil**, São Paulo, n. 12, p. 558, 2010. Disponível em:

https://www.academia.edu/45095065/Principios_da_Administracao_Financeira_Gitman. Acesso em: 20 fev. 2025.

GONZALEZ, Lauro; BARREIRA, Bruno; RIDOLFO, Arthur. Crédito para os pequenos em tempos de pandemia. **FGV EAESP**, 2021. Disponível em:

[credito_para_os_pequenos_em_tempos_de_pandemia.pdf](#). Acesso em: 09 abr. 2025.

JACQUES, Elidecir Rodrigues; GONÇALVES, Flávio de Oliveira. Cooperativas de crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 489-509, ago. 2016. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/1982-3533.2016v25n2art8> Acesso em: 05 abr. 2025.

KOTESKI, Marcos Antonio. As Micro e Pequenas Empresas no Contexto Econômico Brasileiro. **Revista FAE BUSINESS**, n. 8, p. 16-18, mai. 2004. Disponível em: Untitled-1. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm Acesso em: 15 fev. 2025.

LEITE, Ádina Gomes. **Os desafios na obtenção de crédito dos microempreendedores: estudo de caso no Centro de Apoio aos Pequenos Empreendedores (CEAPE) em São Luís-MA**. 2019. Disponível em:

<http://repositorio.undb.edu.br/bitstream/areas/1281/1/ADINA%20GOMES%20LEITE.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em:

https://dn721807.ca.archive.org/0/items/Fundamentos_de_metodologia_cientfica_8_ed._-_www.meulivro.biz/Fundamentos_de_metodologia_cientfica_8_ed._-_www.meulivro.biz.pdf. Acesso em: 25 abr. 2025.

MIRANDA, Marcela Cavalini *et al.* Política Públicas e Desenvolvimento Local: Uma Análise a Partir do Índice de Desenvolvimento Municipal da Micro e Pequena Empresa a Partir da Experiência de Barretos -SP. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 82- 85, 2022. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/362721994_Políticas_publicas_e_desenvolvimento_local_uma_analise_a_partir_do_Índice_de_Developolvimento_Municipal_da_Micro_e_Pequena_Empresa_a_partir_da_experiencia_de_Barretos_-_SP. Acesso em: 26 mar. 2025.

NEVES, Marcus Louriçal; CRUZ, Poliano Bastos da; LOCATELLI, Octavio. Fatores que influenciam a sobrevivência das micro e pequenas empresas no Brasil. **RAM - Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo v. 25, p. 16-20, 2024. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/377260674_Fatores_que_influenciam_a_sobrevivencia_das_micro_e_pequenas_empresas_no_Brasil. Acesso em: 14 mar. 2025.

NORONHA, Antônio Renato Bezerra; JUNIOR, Josué Moraes Pereira; RODRIGUES, Diana Cruz. Uma Análise da Concessão do PRONAMPE para Microempresa: Um Estudo de Caso na Empresa Motor Bom em Belém - PA. **Revista Paraense de Contabilidade**, Belém-PA, v. 7, n. 1, p. 94-98, 2022. Disponível em:

<https://crcpa.org.br/revistaparaense/index.php/crcpa/article/view/90/90> . Acesso em: 19 mar. 2025

O GLOBO. **Falta de crédito afeta pequenos negócios, aponta pesquisa do Sebrae**. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/falta-de-credito-afeta-pequenos-negocios-aponta-pesquisa-do-sebrae-17960115?ver=sao=amp>. Acesso em: 31 mar. 2025.

PREISLER, Adriano Milton, **Análise de risco e crédito para micro e pequenas empresas** – uma proposta orientativa. Orientador: Rolf H. Erdmann, 2003. 191, f.

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/84688/225302.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2025

SANCHES, Vander Lúcio *et al.* Análise de Crédito: Instituições financeiras minimizam os riscos de inadimplência por meio da análise de crédito. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 09, n. 9, set. 2018. Disponível em:

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/analise-de-credito> Acesso em: 18 fev. 2025

SEBRAE. Pequenos negócios já representam 30% do Produto Interno Bruto do país. **ASN Agência Sebrae Notícia**, 2020. Disponível em:

<https://ce.agenciasebrae.com.br/arquivo/pequenos-negocios-ja-representam-30-do-produto-interno-bruto-do-pais/> Acesso em: 16 fev. 2025

SEBRAE. Setor de Serviços concentra a maior proporção de pequenos negócios da economia. **ASN Agência Sebrae Notícia**, 2022. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/economia-e-politica/setor-de-servicos-concentra-a-maior-proporcao-de-pequenos-negocios-da-economia/> Acesso em: 15 fev. 2025.

SEBRAE. Onde Estão as Micros e Pequenas Empresas no Brasil. **Observatório da MPEs**, 2006. Disponível em:

https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/resultado_mpe_brasil.pdf. Acesso em: 15 fev. 2025.

SEBRAE PR. MEI, Microempresa e Pequena Empresa: Afinal, qual é a diferença? Principais Diferenças Explicadas. **YouTube**, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AfC8c5nkJE8>. Acesso em: 16 fev. 2025.

SEBRAE. **Documentação exigida para a pessoa jurídica obter financiamento**. 2018. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/documentacao-exigida-para-a-pessoa-juridica-obter-financiamento%2Cd91837b644134410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. Acesso em: 03 mar. 2025.

SEBRAE; BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores de Crédito das Micro e Pequenas Empresas no Brasil**. Brasília: SEBRAE, 2016. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/TextosApresentacoes/relatorio_Indicadores_de_Credito_forum_nov_2016.pdf. Acesso em: 23 fev. 2025.

SEBRAE. Oito em cada dez empregos foram gerados nos pequenos negócios em 2022. **ASN Agência Sebrae Notícia**, 2023. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/economia-e-politica/oito-em-cada-dez-empregos-foram-gerados-nos-pequenos-negocios-em-2022/> Acesso em: 17 fev. 2025.

SEBRAE. **Sobrevivência das empresas no Brasil**. Brasília: Sebrae, 2016. Disponível em: <https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-102016.pdf> Acesso em: 01 abr. 2025.

SEBRAE. **Tudo o que você precisa saber sobre a Empresa Simples de Crédito (ESC)**. Brasília: SEBRAE, 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-empresa-simples-de-credito-esc%2Cf4b106c118b89710VgnVCM100000d701210aRCRD> Acesso em: 05 abr. 2025.

SEBRAE. **Consultoria Sebrae: atendimento personalizado para sua empresa crescer**. Brasília: SEBRAE, 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/consultoria-sebrae-atendimento-personalizado-para-sua-empresa-crescer%2Cc9f58a023b184810VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 07 abr. 2025.

SEBRAE. **Fundos Garantidores de Crédito: quais são e como funcionam**. Brasília: SEBRAE, 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/valorizeopequenonegocio/conteudos/fundos-garantidores-de-credito-quais-sao-e-como-funcionam%2C5060103bc7d1b610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 07 abr. 2025.

SEBRAE. **Microcrédito para pequenos negócios**. Brasília: SEBRAE, 2023. Disponível em: [Microcrédito para pequenos negócios - Sebrae](#). Acesso em: 08 abr. 2025.

SERENO, Luiz Gustavo; SAIANI, Carlos Cesar Santejo; RIBEIRO, Cássio Garcia. Por que as empresas morrem? Efeitos do Simples Nacional na taxa de falência das micro e pequenas empresas brasileiras. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 3, p. 777–805, dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2022v31n3art03> Acesso em: 05 abr. 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2014. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

SILVA, Paulo Roberto Gomes. **Micro e Pequenas Empresas na Pandemia: Um Estudo das Concessões de Crédito para o Setor Farmacêutico da Cidade de Aparecida - PB**. 2022. Disponível em: <https://dspace.sti.ufcg.edu.br/jspui/handle/riufcg/25720>. Acesso em: 16 mar. 2025.

SCHUSTER, Wagner Eduardo; FRIEDRICH, Marcos Paulo Albarello. A importância da consultoria empresarial na gestão financeira das micro e pequenas empresas. **Revista de Administração IMED**, v. 7, n. 2, p. 20-21, 2017. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/encontro-de-economia-gaucha/assets/edicoes/2018/arquivos/19.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2025.

TAVARES, Fernando Oliveira; PACHECO, Luís; ALMEIDA; Emanuel Ferreira. Financiamento das Pequena e Médias Empresas: Análise das Empresas do Distritos do Porto em Portugal. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 254- 257, jun. 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0080210716303922>. Acesso em: 12 mar. 2025.

VIEIRA, Jean Carlos. **Desafios e oportunidades das micro e pequenas empresas: A obtenção de crédito**. 2020. Disponível em: <http://bib.pucminas.br:8080/pergamumweb/vinculos/00007b/00007b90.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2025.